

## EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES.

José Rogério da Silva<sup>1</sup>  
Joseildo Silvestre da Silva<sup>2</sup>  
Nilvânia dos Santos Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir os distanciamentos e aproximações entre educação do campo e educação rural. Sabe-se que o contexto que se empregou a educação rural era em caráter compensatório tendo como pano de fundo o predomínio do sistema vigente sobre as classes populares, sendo dessa forma descontextualizada das reais necessidades educacionais do povo do campo, essa perspectiva diferencia-se da educação do campo enquanto modalidade de ensino e direito a ser garantido para os sujeitos camponeses, que prevê uma outra vertente para os processos de ensino aprendizagem que devem ser desenvolvidos nesse espaço, que de fato essa educação seja construída com os povos camponeses, levando em consideração suas especificidades e o contexto em que se inserem na busca por uma valorização de suas identidades enquanto sujeitos. Nesse sentido, temos como pergunta norteadora: Quais aproximações e distanciamento entre educação do campo e educação rural? Como aporte teórico para nossas reflexões nos embasamos nas discussões de Fernandes e Molina (2004), Fernandes, Cerioli e Caldart (2011), Pinheiro (2007), Antunes-Rocha (2014) e Freire (2021), entre outros. Em termos metodológicos o presente texto se configura como abordagem de cunho qualitativo, tratando de uma revisão de literatura da temática e descritiva. Como resultados podemos destacar que ainda existe uma extensa estrada a ser trilhada pela educação do campo na busca pela garantia do direito a educação contextualizada com a realidade dos povos camponeses, uma vez que a imagem negativa deixada pela educação rural ainda circunda e muitas vezes afeta a necessidade de valorização e o desenvolvimento das potencialidades do campo e dos sujeitos que dele são parte.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Educação rural. Distanciamentos e aproximações.

### INTRODUÇÃO

Nosso Estudo, debruça-se sobre a temática da Educação do Campo, partindo do pensamento de Caldart (2008, p. 65), de que a Educação do Campo é uma ideia em construção, que procura um fenômeno à proporção que se estabelece historicamente. “Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e movimento histórico a que se refere”. De acordo com Caldart, as indagações que devem ser feitas para compreender a dialética da Educação do Campo advém do campo e seus indivíduos, pelas políticas públicas,

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [rogmult@hotmail.com](mailto:rogmult@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [jesusmaster09@gmail.com](mailto:jesusmaster09@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor (a) orientador (a): Doutora em Educação - UFRN, Professora do Centro de Educação – PPGE/UFPB, [nilufpb@gmail.com](mailto:nilufpb@gmail.com).

pelo conceito de educação, singularidades que dizem respeito aos anseios dos movimentos sociais que deram origem a esse paradigma.

Antes, porém, é importante entender que a Educação do Campo, não é uma continuidade da Educação Rural. As características ambas são elucidadas por Arroyo (2006, 2012), Fernandes (2006), Caldart (2004, 2008, 2010, 2012) e Souza (2018). O Quadro 1, apresenta alguns elementos da abordagem dos autores em relação à presença dessas particularidades nos espaços escolares em questão. Como podemos observar no quadro a seguir:

### 1. Quadro 1 – Principais características de Educação Rural e Educação do Campo.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO RURAL	CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
Propostas de Ensino voltadas às demandas capitalistas do mercado, que favorecem a alienação à classe dominante.	Descontinuar com as ideologias dominantes, estimulando o protagonismo dos camponeses, fortalecendo as relações com a comunidade.
Extensão da educação urbana, dominada pela relação homem-natureza elencada na capacidade de força de trabalho e produção de mercadorias.	Referenciais metodológicos e teóricos, conjecturados aos modos de vida, a cultura e a identidade social dos sujeitos.
Desprestígio dos saberes social, cultural, histórico e econômico.	Valorização das práticas pedagógicas que articulem as vivências socioculturais, respeitando a diversidade.
Processos educativos dissociados da realidade, relações de dominação e subordinação do conhecimento.	Práticas pedagógicas pautadas na igualdade de direitos, na valorização do ser humano (centro do processo), na aprendizagem crítica na perspectiva da emancipação dos indivíduos.
Silenciamento e eliminação das falas, dos saberes dos camponeses com a imposição do conhecimento chamado universal.	Conexão entre o saber popular e científico com base em pedagogias próprias concebidas e construídas com e pelos camponeses.
Ingerência do SENAR, SEBRAE, por meio da produção de materiais didáticos direcionados às escolas, por meio de convênio com as prefeituras e secretarias de educação.	Produção de Diretrizes Nacionais da Educação do Campo (2002) e das Diretrizes Complementares (2008).
Alteração na nomenclatura das escolas sem diálogo do Projeto Político Pedagógico com os interessados, o povo do campo.	Pacto da Educação do Campo (2010); Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo.
Trato professor-aluno impositivo, distanciamento em relação à realidade, a identidade do aluno.	A relação professor-estudante é baseada no dialógico, incentivando a autonomia, embora ainda não tão presente devido à formação tradicional dos professores.

Fonte: Elaborado por Souza, 2018, adaptado pelo autor, 2022.

Dito de modo simples nas palavras de Pinheiro (2007), a Educação Rural se relaciona fundamentalmente ao que olha o ambiente rural como mercadoria, quando esclarece que:

A expressão educação rural está relacionada a uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a ‘coisificação’ e desumanização do sujeito (PINHEIRO, 2007, p. 08).

Ainda conforme Caldart, é importante compreender que o sentido da Educação do Campo passa pelo campo, seus indivíduos, pela formulação e efetivação políticas públicas, pela percepção de educação, características que estão ligadas às expectativas dos movimentos sociais que originam essa modalidade de ensino.

Já na percepção de Antunes-Rocha (2014), a Educação do Campo é na contemporaneidade um conceito, uma prática e uma teoria. E, para que um projeto possa ser identificado como Educação do Campo, necessita ter como característica no mínimo três elementos:

- 1 - Apresentar participação ativa das populações do campo no planejamento, execução e avaliação;
- 2 - Apresentar uma proposta que garanta e amplie a oferta de modalidades de ensino, melhoria dos estabelecimentos escolas, formação de professores, capacitando-os para atuação em contextos de desigualdade e diversidade;
- 3 - Assumir compromisso com a luta pela construção de formas sustentáveis de produção da vida do campo e na cidade (ANTUNES-ROCHA, 2014, p.19)

De tal modo, como define Molina (2010, p. 140):

A Educação do Campo não é somente um projeto educativo, uma modalidade de ensino; ela é uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais não só do campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam.

Logo o sentido de Educação do Campo é muito mais abrangente que a simples delimitação de um espaço geográfico. Não é o fato de a escola estar localizada em uma área rural ou “no campo”, para ser classificada como “do campo”: é necessário que ofereça a população camponesa práticas pedagógicas que respeitem e considerem a cultura, a identidade, os direitos sociais e dando a este sujeito, efetivamente, uma formação integral, questões estas discutidas e aprofundadas em nosso itinerário teórico.

As escolas inseridas no campo e seus relativos processos formativos carregam em seu histórico uma extensa jornada de exclusão dos indivíduos, sobrelevando a implantação de modelos em que se mostram subordinação do campo à aos centros urbanos, seguindo um modelo hegemônico na metodologia e conteúdo de ensino, embasada na negação das conexões com a comunidade e seus sujeitos. Essa situação revela a necessidade de difundir propostas que respeitem e disseminem a educação do campo, que favoreça a intervenção social, possibilite a contínua discussão política e contradiga a reprodução de modelos pedagógicos fora do contexto da vida cotidiana no campo (ARROYO, 2004; CALDART, 2008; MOLINA, FREITAS, 2011).

Independente das políticas educacionais para a área rural, efetivadas no Brasil, enunciadas por inclusão social, existia a carência de remover o campo do atraso em que estava em comparação aos centros urbanos-industriais, mas aconteceu de fato, um efeito contrário, quando essas políticas ampliaram as diferenças socioeconômicas entre os espaços rural e urbano. Freitas (2010, p. 23) salienta que a educação rural contribuiu para as desigualdades sociais no campo, pois “reforçou a imagem negativa dos camponeses e de seu estilo de vida, estimulando-os a abandonar o campo”.

Todavia, Rodrigues (2012) salienta que

A mudança de nomenclatura educação do campo e não mais educação rural, mesmo que esta última esteja presente na legislação, se dá, portanto, como uma ruptura com a oferta de educação pensada para meios urbanos, sem a preocupação com a luta camponesa como sujeitos de direitos (RODRIGUES, 2012, p. 43).

Logo, a educação que se destina aos povos do campo, ganha novo significado, em sua concepção, abandonando a compreensão da educação rural, onde se vislumbra a educação como mero assistencialismo. Resultado, sobretudo, da luta dos movimentos sociais do campo em defesa do direito civil e humano. Em decorrência disso:

A educação do campo é uma proposta que vem sendo materializada através da luta coletiva e o fazer educativo dos povos do campo na perspectiva da garantia de seus direitos, que tem relação direta com a concepção de Educação Popular forjada no processo de organização da classe subalterna. Tendo por fundamento a vivência coletiva no contexto da luta de classes e seu caráter formativo (VALDERIO, BORGES E SILVA, 2015, p. 2).

A consolidação desses direitos é estruturada na esfera das políticas públicas, que são públicas singulares de um grupo, a exemplo das políticas específicas para a Educação do Campo, pois para Dorneles, 1990 (apud FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2005) esta é compreendida como:

[...] um conjunto de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado/Sociedade. O Estado é percebido como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre a qual repercutem, também diferencialmente, demandas e contradições da sociedade civil; é um interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade. Assim o surgimento de determinadas demandas, como emergência de práticas coletivas articuladas, tem como resultado o surgimento de políticas públicas específicas [...] Pode-se dizer que as políticas públicas delimitam os espaços de possibilidade da ação institucionalizada e da interlocução entre Estado/Sociedade. (DORNELES 1990 *apud* FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2005. p.49)

Para validar esse pensamento, Duarte (2008) caracteriza as políticas públicas como maneiras tangíveis de executar as normativas legais para a efetivação dos direitos que são universais, bem como, devem ser específicos, para que quaisquer indivíduos desamparados da sociedade possam acessar aos direitos assegurados na legislação do país.

Colaborando com essa discursão, Leite (2002) destaca, ao examinar a trajetória sócio-histórica da escola rural, que essa evolução se reflete nas leis de diretrizes e bases da educação nacional. O autor aponta que historicamente, o processo educacional nas áreas rurais tem sido afetado por um processo de urbanização, resultando na desvalorização da cultura camponesa e na ausência de políticas públicas educacionais adequadas. A negligência histórica em relação à educação nas comunidades rurais é evidente através de continuadas deficiências ao longo da história, seja em termos de ensino ou conhecimento, enfraquecendo ou minimizando aspectos essenciais. Esse cenário tem perpetuado a marginalização das populações rurais e de sua educação no contexto do "processo civilizatório global" (LEITE, 2002, p. 80).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9.394/96 apresenta alguns avanços na legislação educacional ao buscar desvincular a escola rural do modelo urbano. Isso é feito exigindo um planejamento alinhado com a vida rural, adaptações na estrutura curricular e um calendário escolar específico. No entanto, desafios como analfabetismo, evasão, repetência, carência de recursos materiais e humanos persistem como uma constante (LEITE, 2002, p. 53).

A trajetória da educação rural no Brasil revela que as populações camponesas foram ainda mais excluídas do processo educacional nacional. Enfrentaram falta de acesso à escola ou, quando acessaram, depararam-se com instituições em condições materiais e pedagógicas inferiores, oferecendo uma educação restrita às primeiras séries do Ensino Fundamental. Essa educação implicitamente ou explicitamente inferiorizava, desvalorizava ou negava a cultura camponesa, perpetuando a ideia de que o campo representava atraso, enquanto a cidade

simbolizava modernidade. A educação era concebida pelos grupos dirigentes para atender a seus próprios interesses em detrimento dos sujeitos a quem a educação se destinava.

Dessa forma, a oferta da educação rural, ao invés de ser uma preocupação com o direito humano à educação ou uma busca por uma formação humana, foi disponibilizada com uma formação específica para o campo ou uma formação de caráter geral. Isso ocorreu com o propósito de preparar as populações rurais para as demandas capitalistas no campo ou nas cidades, ou ainda, erroneamente, com a ideia de que ela poderia fixar o homem no campo para amenizar os problemas sociais causados pelo crescimento urbano.

## **METODOLOGIA**

Nossa pesquisa vislumbra uma abordagem qualitativa que de acordo com Lüdke e André (1986, p.13), “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Isto nos levará durante todo o processo a um envolvimento direto com os sujeitos das comunidades rurais que ocorreram processos de fechamento das escolas, na perspectiva de compreender suas percepções sobre a situação vivida.

Bibliográfica e da legislação acerca do tema e da consulta a base de dados. Para Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. Desse modo, sua importância como ponto de partida de nosso trabalho.

Escolhemos como perspectiva o materialismo histórico dialético, uma vez que, Gadotti (2006) aponta que a dialética em Marx não é unicamente um método para se aproximar da verdade, antes, é uma definição do homem, da sociedade e de como este se relaciona com mundo que o rodeia. Onde percebe-se a categorias: totalidade e da contradição.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quando se aborda a Educação Rural, surge a discussão sobre o paradigma do capitalismo agrário, que concebe o ambiente rural como uma relação social a ser integrada no modelo econômico conhecido como agronegócio. Nesse contexto, percebe-se que a Educação Rural tem sido moldada por diversas instituições a partir dos princípios desse paradigma, no qual os camponeses não desempenham um papel protagonista no processo, mas são subalternos aos interesses do capital (FERNANDES, 2006).

A criação da educação rural está intrinsecamente ligada aos interesses do capital, sendo um reflexo da busca pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, em detrimento do interesse genuíno de promover o progresso e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam essas áreas. O novo modelo de negócios, fundamentado na industrialização e representado pelo agronegócio, emerge como o agente que induz os Estados a elaborarem políticas educacionais "em resposta à demanda por uma força de trabalho qualificada tanto na indústria quanto na agricultura" (RIBEIRO, 2012, p. 297) (SANTOS; MIGUEL, 2012).

A batalha pela Educação do Campo transcende fronteiras locais ou regionais; é uma luta abrangente, marcada por uma dimensão histórica que se estende até os dias atuais. Assim como há aqueles que lutam por moradia digna, por emprego ou por território, também existem indivíduos engajados na luta pela Educação do Campo. Esses agentes sociais incluem movimentos sociais, organizações sindicais, diversas comunidades, escolas rurais, entre outros.

As expressões "no" e "do" campo refletem a ideia de que a Educação do Campo deve incorporar os valores, costumes, cultura, produção e modo de vida das populações rurais, rejeitando a imposição de uma educação que pertença às cidades e que não tenha conexão com essas comunidades. Nesse contexto, fica estabelecido que o direito à Educação do Campo pertence a todos que vivem "do" e "no" campo, não se limitando apenas àqueles que vivem exclusivamente "do" campo (CAVALCANTE, 2010).

O conceito de campo abrange diversas dimensões, sendo entendido como o espaço de vida para aqueles que residem "no" campo e dependem "do" campo para sustento. Além disso, pode ser visto como um espaço para aqueles cuja única relação com o campo é a produção de mercadorias, sem estabelecer uma identidade significativa com a terra. A Educação do Campo, considerada uma 'política pública de desenvolvimento' para áreas rurais, concentra-se na população camponesa, que possui uma ligação profunda com o campo, dependendo dele para subsistência. Contudo, essa política também abrange aqueles que vivem da terra apenas para a produção de mercadorias, como é o caso do agronegócio (SANTOS; MIGUEL, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, a Educação do Campo procura estratégias de ensino-aprendizagem para além do ambiente escolar, incentivando os educandos a desenvolverem o desejo de transformar a realidade em que vivem. Para alcançar esse objetivo, é crucial estabelecer conexões entre teorias e práticas no contexto da Educação do Campo.

No entanto, a educação do campo representa uma quebra de paradigmas em relação à educação rural, ao propor um projeto político-pedagógico diferenciado que destaca a valorização dos conhecimentos locais, abrangendo tanto os aspectos materiais quanto imateriais do território. Nesse sentido, torna-se fundamental o engajamento do poder público para garantir e aprimorar a qualidade das escolas e dos níveis de ensino no meio rural. Isso possibilitaria a conscientização dos envolvidos como membros da classe camponesa.

Dessa forma, a educação do campo, como uma conquista dos movimentos sociais, vai além da dimensão educacional, representando o resultado de uma luta social que visa romper com o atual modelo de desenvolvimento agrícola predominante, o qual exclui e subalterniza os habitantes locais. Apesar dessa conquista, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido, demandando a intervenção do poder público para consolidar um novo modelo de desenvolvimento baseado em mudanças estruturais, e não apenas em políticas compensatórias.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Da Educação Rural à Educação do Campo: construindo caminhos. IN. Carvalho, Carlos Henrique de; Castro, Magali de (orgs.). **Educação Rural e Educação do Campo**. Uberlândia: EDUFU, 2014, p.13-32.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ed, Petrópolis, Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel González. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103-116.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração (RBPAAE)** da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre, v. 27, n. 1, p.83-94, jan-abr 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília; MDA; 2008. p. 67-86.

CALDART, R. S. (2000). **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para transformação da Escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 7-17.

CALDART, R. S. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004a. p. 10-30.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo** Petrópolis: Vozes, 2004b. p. 147-158.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre, 2015.

CALDART, R. S.. Educação do Campo. In CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P., & FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 257-264.

CALDART, R. S.. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**, Brasília, DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126.

CAVALCANTE, Ludmila O. H. **Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para aeducação do campo alcançar as escolas no rural**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro,v. 18, n. 68, set. 2010.

DUARTE, Clarice Seixas. A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Organizadora). **Educação do Campo: campo-políticas públicas-educação**. Coleção Por uma educação do campo. Vol.7. Brasília: Incri;MDA:2008. p. 33- 38.

FERNANDES, B. M; CERIOLI, P. R; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação do campo” In: ARROYO, M. G; CALDART, Salete; MOLINA, Monica. C; **Por uma educação do campo**. (org) 5. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília/MDA, 2006.

FREITAS, Helena Célia de Abreu. **Rumos da educação do campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abril. 2010. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2484/2441>>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. Apresentação. In: PISTRÁK, M. **Ensaio sobre a escola politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 7-11.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**, Um estudo introdutório. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2002. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 70).

LÜDKE, M. , ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Fechar Escola é Crime Social: Causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas do campo. In: **6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**; 2º Seminário de Direitos Humanos. Toledo, PR. Anais. Toledo, Paraná: UNIOESTE, 2014, p. 1-16. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/trabalhocompleto.html>. Acesso em: 28 Dez.2022.

MOLINA, Monica Castagna e FREITAS, Helana Celia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**. Brasília, v 24 nº 85 p 17-31, abril 2011.

MOLINA, Mônica Castagna e Helana Célia de Abreu Freitas. Editoria Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira , SRTVS, Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep, Térreo, CEP 70340-909 – Brasília-DF – Brasil, Fones: (61) 2022-3070, 2022-3072 [editoracao@inep.gov.br](mailto:editoracao@inep.gov.br) - [editoria.emaberto@inep.gov.br](mailto:editoria.emaberto@inep.gov.br) – <http://www.emaberto.inep.gov.br> (paginas 104/105) (pagina 54)

MOLINA, Mônica Castagna, organizadora. **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. 212 P 21 x 28 cm - (Série NEAD Debate ; 20)

MOLINA, Mônica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej. **Política de expansão de formação de educadores do campo no contexto da educação superior**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. 2014. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

NUNES, Cláudio Pinto, SANTOS, Arlete Ramos dos. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro** - Salvador: DUFBA, 2020.

OLÍMPIA, Aurea e CECÍLIA, Lanna. **Luta popular garante a reabertura de Escola do Campo**. Brasil de fato, 2018 ano. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/luta-popular-garante-a-reabertura-de-escola-do-campo>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira. CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete Caldart; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 239-246. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 13 jun.2022.

PEREIRA, Hyldo. **Crianças estudam embaixo de lona após fechamento de escola na PB**. Portal Correio, João Pessoa, 03 de março de 2018. Notícias. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/criancas-estudam-embaixo-de-lona-apos-fechamento-de-escola-na-pb/>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. In: ANPAE, 2007, Rio Grande do Sul. Por uma Educação de qualidade para todos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação: Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES, Priscila Andrade Magalhães. Por uma educação do campo que contemple as parcerias nos processos formativos e as formas identitárias dos povos do campo. **Revista Olhar de professor**. Ponta Grossa. 2012. Disponível em: <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>>. Acesso em: 17/11/2022.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos; PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. **Concepção de educação do campo**. In: **Cadernos didáticos sobre educação no campo UFBA**. Universidade Federal da Bahia. 2010. p. 13-65

SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise social e econômica dos assentamentos rurais do município de Areia-PB**. 2014. 201 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SANTOS, V.C.; GARCIA, F.M. **O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social à materialização das diretrizes neoliberais**. Kiri - kerê: Pesquisa em Ensino, dossiê n.4, v.1, out.2020.

SOUZA, Cleide Maria de. **Da educação rural à educação do campo: caminhos percorridos por escolas no meio rural do Distrito Federal**. 2018. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Planaltina, 2018.